

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17/01/2020	Caderno: Economia



# Estados adiam Previdência de policiais militares e bombeiros

*Regras mais duras de aposentadoria em 15 Estados passarão a valer só em dois anos*

**Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo**

17 de janeiro de 2020 | 04h00

BRASÍLIA - Pelo menos 16 Estados decidiram postergar o início da vigência das regras mais duras de **aposentadoria para policiais militares e bombeiros**, aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas em 16 de dezembro de 2019. Os governadores aproveitaram janela de um mês prevista na lei federal e editaram decretos que, na prática, adiam uma economia próxima de R\$ 1 bilhão que seria obtida nos próximos dois anos.

Os PMs e bombeiros foram as únicas categorias de servidores estaduais alcançadas de forma automática pelas mudanças chanceladas pelo Congresso, que incluem a elevação da exigência de 30 anos para 35 anos de serviço para os novatos na carreira. Para a transferência para reserva remunerada, trabalhadores da ativa precisam cumprir um pedágio de 17% da quantidade de anos que faltam.

Os parlamentares deixaram um prazo de 30 dias para que governadores optassem por um adiamento das novas regras em até dois anos. Na prática, quem ingressar nas carreiras de PMs e bombeiros nesses Estados até o fim de 2021 terá direito à regra de transição e precisará trabalhar menos para se aposentar.

Segundo levantamento do **Estadão/Broadcast**, 15 Estados optaram por estender o cronograma até o limite máximo de 31 de dezembro de 2021, ou seja, as regras mais duras só valerão em 1.º de janeiro de 2022. Os Estados são Acre, Alagoas, Bahia, Goiás,

Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

Em São Paulo, o governador **João Doria** decidiu adiar a vigência das novas regras para PMs e bombeiros paulistas por um ano. As exigências mais duras para aposentadoria desses militares passarão a valer em 1.º de janeiro de 2021.

Técnicos do governo federal avaliam que não há como estimar com precisão o impacto da prorrogação sobre as despesas dos governos estaduais, uma vez que apenas uma parte dos militares conseguirão preencher os atuais 30 anos de tempo de serviço exigidos até o fim de 2021. Por outro lado, o adiamento gera um efeito em cascata para os anos seguintes: em 2022, quando já era esperada uma economia mais significativa de recursos, os Estados estarão apenas começando a ver os resultados – que em muitos casos não passam dos R\$ 2 milhões.

## **Surpresa**

O tamanho da adesão dos governadores à janela de adiamento surpreendeu a área econômica. Uma fonte ouvida pela reportagem “comemorou” o fato de o prazo ter se encerrado ontem, evitando que um número ainda maior de Estados embarcassem na prorrogação. Já o economista Paulo Tafner, especialista em Previdência, atribui a adesão à necessidade dos Estados em adaptar sua legislação e seus sistemas às novas regras. “O Congresso deu um prazo muito exíguo, durante o recesso legislativo, para a adaptação. Foi um erro. A prorrogação é um resultado lógico”, disse. “É uma medida mais emergencial do que disposição em adiar.”

Os técnicos lembraram que o adiamento não vale para as novas alíquotas, que entram em vigor em 17 de março para todos os militares, da União e dos Estados. Hoje, os integrantes das Forças Armadas contribuem com 7,5% sobre a remuneração, enquanto militares estaduais chegam a pagar 14%. A partir do ano que vem, a alíquota será de 9,5%, aumentando para 10,5% em 1.º de janeiro de 2021.

# Tribuna

## Inadimplência no Nordeste recua 3,2% em 2019

YURI ABREU  
REPORTER

**C**ampanhas de renegociação de dívidas, aliadas à liberação dos recursos do FGTS e à melhoria, aos poucos, da conjuntura econômica, fizeram com que o número de inadimplentes, no país, tivesse uma queda no ano de 2019. De acordo com dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o volume de brasileiros com contas em atraso caiu pelo segundo mês seguido e, a estimativa, é a de que aproximadamente 61 milhões de brasileiros tenham começado o ano de 2020 com alguma conta em atraso e com o CPF restrito para contratar crédito ou fazer compras parceladas.

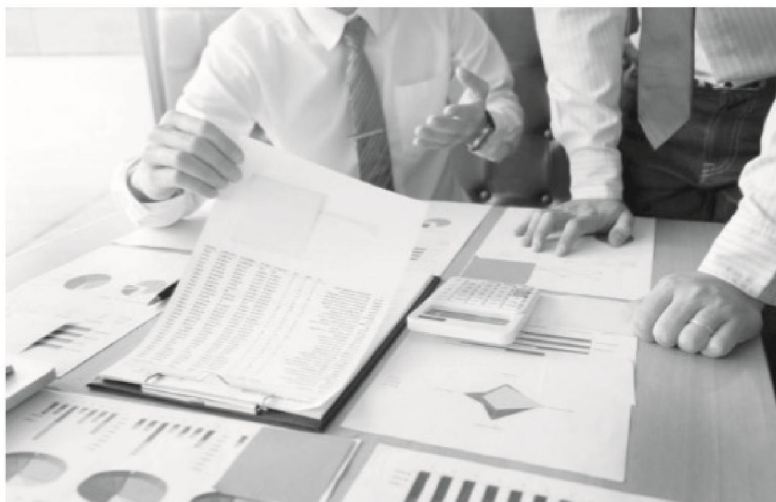
Conforme o levantamento, somando todas as pendências, cada consumidor inadimplente deve, em média, R\$ 3.257,91. Já descontando os efeitos da inflação, os valores observados agora são 30% menores do que no início da série histórica, em 2010 (R\$ 4.238,32). Conforme os dois órgãos, de modo geral, pouco mais da metade (52,8%) dos brasileiros inadimplentes têm dívidas em atraso de até R\$ 1.000 e 47,2% acima desse valor.

De acordo com as regi-

ões brasileiras analisadas, o Nordeste apresentou a queda mais expressiva na quantidade de inadimplentes, com um recuo de 3,2% na comparação entre dezembro de 2019 e dezembro de 2018. Segundo o SPC Brasil e a CNDL são 16,59 milhões de pessoas que estão nesta situação ou 40,2% da população adulta.

No Sudeste, a variação foi pequena e ficou em 0,7% ou 25,21 milhões de inadimplentes – 37,4% da população adulta. Por outro lado, houve um avanço de 4,8% no Norte (47,3% da população adulta ou 5,86 milhões de pessoas) e de 3,8% no Centro-Oeste (42,5% da população adulta ou 5,14 milhões de pessoas). Na região Sul, o registro foi o de havia 8,20 milhões de inadimplentes ou 35,5% da população adulta de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Já com relação a setores, o declínio mais expressivo da inadimplência na comparação anual se deu nas dívidas com o setor de comunicação, que englobam contas de telefonia, internet e TV por assinatura, com uma queda de 16,4%. As dívidas bancárias, que levam em conta cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos, caíram -1,9%. Já as dívidas contraídas no comércio via crediário subiram 0,9%, enquanto as pendências básicas com água e luz cresceram 2,1%. No geral,



### DÍVIDAS

Mais de 61 milhões de brasileiros começaram o ano com alguma conta em atraso

considerando todos os tipos de dívidas em atraso, houve queda de 3,3% na comparação anual.

### SUBIDA ENTRE IDOSOS

Já com relação à faixa etária, o indicador ainda mostra que a inadimplência tem apresentado comportamentos distintos. No último mês de dezembro, houve queda expressiva na parcela mais jovem da população, enquanto observou-se uma alta entre os mais velhos na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Considerando a população de 18

a 24 anos, houve queda de 21% na quantidade de inadimplentes. Já entre os idosos de 65 a 84 anos, a alta foi de 3,7%.

O número de devedores também caiu entre os que têm de 25 a 29 anos (-11,2%) e de 30 a 39 anos (-3,2%). Já levando em conta as pessoas de 50 a 64 anos, houve uma alta de 1,8% na inadimplência, ao passo que ela ficou em apenas 0,8% entre os de 40 a 49 anos.

Para a economista- chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a permanência

maior dos idosos no mercado de trabalho, uma maior atividade no mercado de consumo, assim como a renda menor nesta fase da vida, são fatores relevantes que impulsionam a inadimplência neste público.

"Há ainda o hábito que alguns idosos possuem de emprestar o nome a terceiros, geralmente familiares, principalmente diante da facilidade de acesso ao crédito consignado. Com o desemprego alto, em muitas famílias o idoso que recebe a aposentadoria é a única fonte de renda", afirmou.

**PREVISÃO** Primeira proposta deve ser apresentada em fevereiro e o total implementado até 2022

# Governo anuncia que a reforma administrativa será feita em fases

**LUCIANO NASCIMENTO**

Agência Brasil, Brasília

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, disse ontem, que o governo pretende implementar a reforma administrativa em fases. A primeira proposta deve ser apresentada em fevereiro, e a intenção do governo é que o conjunto de mudanças seja implementado até 2022.

O secretário disse que a intenção do governo é não fazer alterações substanciais que afetem as carreiras dos atuais servidores, mas que haverá mudanças pontuais. Segundo ele, o governo vai detalhar o conjunto de alterações em fevereiro.

“Depende obviamente de quanto tempo o Congresso vai demorar para cumprir cada uma dessas etapas. A gente mira em uma reforma finalizada em cada uma de suas fases, a PEC [proposta de emenda à Constituição] e as leis que precisarão regulamentar dispositivos”, disse Uebel ao apresentar um balanço das ações da secretaria no ano passado e as perspectivas para 2020.

Entre as medidas que devem ser encaminhadas estão mudanças nas regras de contratação de servidores públicos, número de carreiras, remuneração, entre outros pontos. Uma das medidas estudadas pelo governo é a contratação de funcionários temporários e celetistas.

“[A reforma] não vai me-



Marcelo Camargo / Agência Brasil

**Secretário Paulo Uebel: governo não vai alterar carreiras de atuais servidores**

**O secretário adjunto disse que a reforma administrativa e o processo de digitalização de serviços vão trazer mudanças na contratação de servidores**

xer com a estabilidade dos servidores atuais. Não vai haver mudança nos salários dos servidores atuais e não vai haver desligamento dos servidores atuais. Tem coisas que vão mudar nos servidores atuais, mas coisas pontuais.”

### Serpro e Dataprev

Questionado sobre a intenção do governo de privatizar o Serpro e a Dataprev, que operam sistemas de dados e informações do governo federal, entre os quais dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Rubin

disse que, caso as empresas sejam vendidas, os dados e informações dos cidadãos devem permanecer com o governo. Ontem, o Diário Oficial da União publicou o decreto, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, incluindo o Dataprev no programa de privatizações do governo federal.

“Dado público não pode ser vendido, independentemente da venda da estrutura das empresas o que for dado e sistema do governo federal tem que ser tirados da venda”, afirmou.

Já de acordo com o secre-

tário adjunto de Desburocratização, Gleisson Rubin, o conjunto de medidas inclui uma PEC, projetos de lei e de lei complementares e decretos. A ordem de apresentação vai depender do avanço da votação da PEC, que deve ser apresentada em um primeiro momento ao Congresso Nacional.

“Na reforma administrativa há matérias que são constitucionais e outras que são disciplinadas em normas infraconstitucionais. O projeto de reforma terá que olhar para todo esse ordenamento jurídico. Isso significa que a reforma é mais que a PEC e eu não posso apresentar um projeto de lei complementar sem a PEC estar validada pelo Congresso”, explicou.

Rubin não deu detalhes sobre as mudanças, mas disse que o governo deve apresentar o “conceito completo” da reforma em fevereiro, explicando que o projeto vai ser enviado e implementado em fases.

O secretário adjunto disse ainda que a reforma administrativa e o processo de digitalização de serviços vão trazer mudanças na contratação de servidores. A ideia é que as medidas de digitalização de serviços diminuam o número de servidores de áreas meio (administrativas), liberando contratações para áreas fim.

“A redução de gastos e a reforma administrativa devem provocar uma nova conformação da administração pública”, disse Rubin.

# FOLHA DE S.PAULO

## Governo tira salário de primeira fase da reforma de servidores

**BRASÍLIA** Com previsão de envio ao Congresso em fevereiro, a primeira fase da reforma administrativa do governo não deve trazer algumas alterações consideradas polêmicas, como as mudanças de salários de servidores e os processos de avaliação de desempenho e progressão de carreira.

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, afirmou nesta quinta-feira (16) que a primeira etapa da reestruturação do serviço público virá por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que vai alterar

o regramento geral e dará comandos para mudanças mais específicas. Ele não detalhou a proposta e disse que as informações serão apresentadas apenas no próximo mês.

Em um segundo momento, o governo enviará ao Legislativo uma série de projetos de lei para regulamentar esses comandos ou para alterar regras que não dependem da Constituição.

"A PEC não trata de salários", disse Uebel em conversa com jornalistas.

De acordo com o secretário especial adjunto, Gleisson Rubin, o objetivo do governo é que a PEC seja aprovada ain-

da neste ano, mas que todas as outras fases da reforma estejam finalizadas e implementadas até o fim de 2022.

"Diferentemente da reforma previdenciária, em que tudo era constitucional, na reforma administrativa há mudanças constitucionais e infraconstitucionais. Vai ser enviada em fases e, por consequência, implementada em fases."

Os secretários ressaltaram que os eixos das medidas que trarão mudanças estruturais, como salários e estabilidade no cargo, só valerão para os novos servidores. Para os atuais, haverá mudanças pontuais, como as alterações nos critérios

de avaliação de desempenho.

No fim do ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, adotou posição de cautela e seguiu a apresentação da reforma administrativa até que líderes do Congresso dessem aval às medidas.

Com previsão inicial de ser apresentada com a proposta das PEC do Plano Mais Brasil (que altera regras fiscais e extingue fundos públicos), em novembro, o pacote que reestrutura o serviço público foi adiado mais de uma vez.

De acordo com Uebel, o adiamento foi positivo porque deu mais tempo de o governo conversar com diferentes

categorias do serviço público e "alinhar" a proposta.

A reforma é considerada sensível porque atinge uma categoria de trabalhadores que tem forte lobby no Congresso. A frente parlamentar do serviço público, por exemplo, tem 255 deputados, o que corresponde a quase metade dos 513.

Outro ponto levado em consideração é o fato de as mudanças de regras atingirem não apenas os servidores do Executivo mas também os do Judiciário, grupo bem organizado, e do Legislativo, que atuam diretamente em contato com os parlamentares. **Bernardo Caram e Fábio Pupo**



### O que a reforma administrativa deve prever

- Fim da estabilidade (apenas para novos servidores)
- Avaliação de desempenho
- Salários menores para quem ingressar no funcionalismo
- Redução no número de carreiras
- Reestruturação das progressões para que o servidor só atinja o teto salarial no fim da carreira
- Extinção da progressão automática por tempo de serviço

# Tribuna

## Reforma administrativa será implantada em fases



**O SECRETÁRIO** Paulo Uebel disse que o governo pretende implementar a reforma administrativa em fases

LUCIANO NASCIMENTO  
AGÊNCIA BRASIL

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, disse ontem que o governo pretende implementar a reforma administrativa em fases. A primeira proposta deve ser apresentada em fevereiro e a intenção do governo é que o conjunto de mudanças seja implementado até 2022.

O secretário disse que a intenção do governo é não fazer alterações substanciais que afetem as carreiras dos atuais servidores, mas que haverá mudanças pontuais. Segundo ele, o governo vai detalhar o conjunto de mudanças em fevereiro.

"Depende obviamente de quanto tempo o Congresso vai demorar para cumprir cada uma dessas etapas. A gente mira em uma reforma

finalizada em cada uma de suas fases, a PEC e as leis que precisarão regulamentar dispositivos", disse Uebel ao apresentar um balanço das ações da secretaria no ano passado e as perspectivas para este ano.

Entre as medidas que devem ser encaminhadas estão mudanças nas regras de contratação de servidores públicos, número de carreiras, remuneração, entre outros pontos. Uma das medidas estudadas pelo governo é a contratação de funcionários temporários e celetistas.

"[A reforma] Não vai mexer com a estabilidade dos servidores atuais. Não vai haver mudança nos salários dos servidores atuais e não vai haver desligamento dos servidores atuais. Têm coisas que vão mudar nos servidores atuais, mas coisas pontuais".

De acordo com o secre-

tário adjunto de Desburocratização, Gleisson Rubin, o conjunto de medidas inclui uma proposta de emenda à Constituição (PEC), projetos de lei e de lei complementares e decretos. A ordem de apresentação vai depender do avanço da votação da PEC, que deve ser apresentada em um primeiro momento, ao Congresso Nacional.

Na reforma administrativa há matérias que são constitucionais e outras que são infraconstitucionais. O projeto de reforma terá que olhar para todo esse ordenamento jurídico. Isso significa que a reforma é mais que a PEC e eu não posso apresentar um projeto de lei complementar sem a PEC estar validada pelo Congresso", explicou.

Rubin não deu detalhes sobre as mudanças, mas disse que o governo deve

apresentar o "conceito completo" da reforma em fevereiro. "Vai ser enviado em fases, e também, por consequência, vai ser implementado em fases", disse.

O secretário adjunto disse ainda que a reforma administrativa e o processo de digitalização de serviços vão trazer mudanças na contratação de servidores. A ideia é que as medidas de digitalização de serviços, entre outras, diminuam o número de servidores de áreas meio, como as administrativas, liberando as contratações para áreas fim.

"A redução de gastos e a reforma administrativa devem provocar uma nova conformação da administração pública em que os órgãos terão áreas meio cada vez mais enxutas para que os recursos orçamentários e físicos possam ser direcionados para a área fim", disse Rubin.

## Reforma administrativa em fases é aposta do governo

Secretaria também vai se dedicar este ano à regulamentação da Lei de Liberdade Econômica

Por Edna Simão — De Brasília

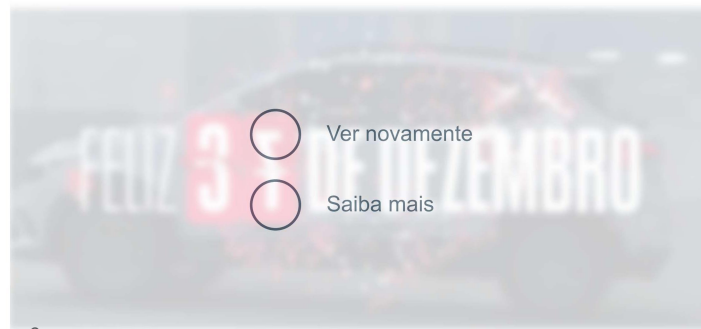
17/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Secretário Paulo Uebel: mudanças mais estruturais previstas pela reforma vão afetar novos servidores públicos — Foto: José Cruz/Agência Brasil

A reforma administrativa que o governo pretende encaminhar ao Congresso no mês que vem será feita em fases, ou seja, composta por Proposta de Emenda Constitucional (PEC), projetos de leis e decretos. A expectativa é de que tudo esteja aprovado e implementado até 2022.

Segundo o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, alguns projetos de lei poderão ser encaminhados já em fevereiro com a PEC, outros, no entanto, precisarão aguardar a aprovação da proposta. “Seria excelente se a PEC fosse aprovada em 2020”, afirmou. O texto, conforme o secretário, está estruturalmente finalizado, “mas não está 100% fechado”.



6

Ele explicou que questões como salários de servidores não serão tratadas na PEC, mas sim por projeto de lei. Em café da manhã com a imprensa, Uebel disse ainda que a reforma não vai mexer com estabilidade, remuneração e postos de trabalho dos atuais servidores públicos, porém, vão ser feitos alguns ajustes. “As mudanças mais estruturais serão para os novos funcionários.”

Uebel não informou qual o impacto fiscal esperado com a reforma, o que será apresentado em fevereiro. Ele destacou que a “reforma é necessária, importante e dá condições de melhor entrega de serviços para o cidadão sem aumento de custo para o cidadão.”

A intenção inicial do governo era enviar o texto da reforma em novembro do ano passado, mas acabou adiando após protestos no Chile e em outros países da América Latina. Havia o temor que o clima de insatisfação chegasse ao Brasil, o que poderia provocar protestos contra a reforma. “Não fazia sentido começar um debate que não seria finalizado. Texto vai ser mais robusto, firme e alinhado e será melhor país iniciar em fevereiro”, destaca Uebel.

O governo vai promover neste ano nova rodada de revisão de cargos na administração pública. A expectativa é que isso aconteça ainda no primeiro semestre deste ano. No ano passado, por exemplo, foram extintos 40,8 mil cargos obsoletos ou passíveis de execução indireta.

Sobre a contratação temporária de militares da reserva para ajudar o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) reduzir a fila de pedidos, Uebel disse que essa foi a saída encontrada para se evitar a realização de um concurso, ou seja, adotar uma medida permanente para resolver questão temporária. Ele acredita que o problema no INSS será resolvido até o fim do ano.

O secretário explicou que realizar um concurso público seria vincular pessoas à administração pública por 60 anos, por exemplo, sendo que a demanda maior por aposentadoria aconteceu devido à reforma da Previdência. Na avaliação dele, o Estado precisa ter mais mecanismos para dar resposta célere e rápida para esse tipo de problema, o que será considerado na reforma administrativa. “Hoje o governo não tem muitos mecanismos”, contou.

Além da reforma administrativa, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital vai trabalhar neste ano com a regulamentação da Lei de Liberdade Econômica, aprovada no ano passado e que pelas estimativas da equipe econômica deve gerar, em dez anos, 3,7 milhões de postos de trabalho e contribuir para o aumento de 7% do PIB per capita. A secretaria ainda dará continuidade à revisão de normativos e adoção de medidas de redução de custeio.



## Rio soma quase R\$ 1 bilhão em violações a plano de socorro federal

13 medidas resultaram em aumento de despesas para o governo estadual, segundo conselho do regime de ajuda

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

17/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O Estado do Rio de Janeiro acumulava até o fim de novembro R\$ 953,7 milhões em violações ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), acordo de socorro financeiro fechado em 2017 entre a União e o governo fluminense.

O montante estimado se refere ao impacto financeiro projetado até 2023 de 13 medidas que resultaram em aumento de despesas para o governo do Rio de Janeiro. Decreto federal de 2017 estabelece que o Estado tem obrigatoriamente de compensar os efeitos financeiros da não observância das vedações do RRF.

O valor total da compensação financeira necessária - próximo de R\$ 1 bilhão - aparece em apresentação elaborada no mês passada pelo conselho de supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. A lista de violações inclui a nomeação de 166 candidatos aprovados em concurso da Polícia Civil do Rio de Janeiro para a função de papiloscopista (especialista em colher impressões digitais), o que acarretaria impacto financeiro projetado de R\$ 85 milhões até 2023.

Também foram listados como descumprimentos da RRF o reajuste de 5% sobre o piso salarial regional para 2018 (R\$ 378 milhões em gastos extras) e a alteração da estrutura de carreiras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja repercussão financeira chegaria a R\$ 217 milhões.

Até setembro, o total a ser compensado era de R\$ 616 milhões, embora o próprio conselho de supervisão alertasse em relatório que as estimativas seriam alteradas conforme envio de documentação pelo Estado.

Por e-mail, a Secretaria estadual de Fazenda do Rio de Janeiro esclareceu que em setembro o conselho de supervisão do RRF apontou a existência de quatro violações de vedações previstas no regime. "Entretanto, nos últimos dois meses o conselho apurou mais nove descumprimentos", acrescentou a Secretaria de Fazenda fluminense.

A secretaria destacou que, em ofício datado de 6 de janeiro, o conselho retificou seu posicionamento com relação a um dos 13 itens da lista de violações: o aumento do auxílio-alimentação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Segundo a Fazenda estadual, o conselho deixou de exigir a compensação financeira nesse caso, uma vez que "o aumento da despesa de fato não ocorreu". O impacto estimado dessa medida específica era de R\$ 34,89 milhões.

O decreto federal nº 9.109, de 2017, estabelece prazo de 30 dias para o governo do Estado apresentar alternativas de compensação financeira às violações. No caso do Rio, a contagem do prazo foi suspensa pelo próprio conselho no fim de novembro. A suspensão vale até que seja publicada uma resolução regulamentando quais contrapartidas podem ser aceitas.

O conselho de supervisão do RRF divulgou consulta pública sobre o tema no "Diário Oficial" da União em 11 de novembro. Terminou em 20 de dezembro o prazo para envio de contribuições, que no momento estão sendo analisadas pelo conselho.

“O Estado do Rio aguarda a edição da resolução do conselho de supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, que irá dispor sobre as formas de compensação, para definir quais medidas efetivas serão tomadas”, informou a Fazenda fluminense.

Na apresentação de dezembro, o conselho de supervisão do RRF confirma que o governo do Rio de Janeiro encaminhou proposta de revisão do Plano de Recuperação Fiscal (PRF) do Estado. O plano elenca providências concretas para o reequilíbrio das contas públicas fluminenses. A proposta do Rio de revisão do plano de recuperação inclui planilha com cenário-base, cenário ajustado e notas técnicas.

A Secretaria do Tesouro Nacional apontou retificações a serem feitas pelo Estado na planilha enviada para que fosse possível a avaliação da proposta de revisão apresentada. “Sendo assim, o conselho [de supervisão do RRF] solicitou ao Estado a retificação na planilha apresentada com base nos apontamentos feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional”, informou o conselho em sua apresentação.

Dados do relatório mensal de acompanhamento do PRF indicam que as medidas de ajuste fiscal previstas no plano homologado que estão em atraso ou não foram implementadas frustram o ajuste em R\$ 3,52 bilhões até novembro de 2019. As secretarias de Fazenda e da Casa Civil designaram uma equipe técnica dedicada exclusivamente ao monitoramento do RRF.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça.

RETROVISOR MASTER VIEW

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Esta são as 30 raças de cachorros mais caras do mundo!

FLASHPOSTS.COM

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os 30 Brasileiros mais ricos do mundo

SENHOR FINANÇAS

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

R\$ 161 milhões: entenda de onde vem o dinheiro do príncipe Harry e Meghan Markle

### VALOR INVESTE

Compro ações ON ou PN? O caso Eletrobras

### VALOR INVESTE

# FOLHA DE S.PAULO

## Obrigação de rever subsídio   adiada para depois do mandato de Bolsonaro

Guedes contraria o próprio discurso e prevê em PEC redução de benefícios apenas em 2026

Fábio Pupo e Julio Wiziack

**BRASÍLIA** Contrariando o discurso pela redução dos subsídios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou para depois do mandato de Jair Bolsonaro a obrigação de reduzi-los.

A medida consta na PEC (Proposta de Emenda   Constituição) que altera regras fiscais. As regras da chamada PEC Emergencial, formulada por Guedes, criam mecanismo de redução de subsídios apenas a partir de 2026.

Outro instrumento previsto no texto é a revisão desses benefícios em, no máximo, a cada quatro anos. Ou seja, a revisão   obrigatória somente em 2024 no caso de a proposta ser aprovada em 2020.

A apresentação de um plano de subsídios chegou a ser uma exigência da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que orienta as contas de 2019.

Diante das dificuldades fiscais, os congressistas obrigaram por meio da lei que o governo elaborasse um plano de revisão de receitas e despesas para o período de 2019 a 2022.

A regra inclui benefícios ou incentivos tributários, créditos ou financeiros.

O documento deveria ser acompanhado ainda de propostas legislativas para atender as revisões de benefícios, com estimativas dos respectivos impactos anuais de cada a o.

A LDO em questão foi aprovada pelo Congresso em agosto de 2018, ainda durante o governo Michel Temer (MDB).

As vésperas de 2019 acabar, pouco antes do Natal, um rascunho do plano ainda era de-

### Principais gastos tributários da União em 2020

Gasto tributário	Fatia do total, em %	Valor, em R\$ bil*
Simplex Nacional	25,13	83,2
Rendimentos isentos e não tributáveis - IRPF	10,48	34,7
Entidades sem fins lucrativos - imunes/isentas	9,22	30,5
Agricultura e agroindústria**	8,84	29,3
Desoneração da cesta básica	5,31	17,6
Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio	8,64	28,6
Deduções do rendimento tributável - IRPF	6,63	21,9
Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos	5	16,6
Benefícios do trabalhador	4,12	13,7
Desoneração da folha de s�lrios	3,31	11,0
Desenvolvimento regional	3,29	10,9
Poupança e títulos de crédito - setor imobiliário e do agronegócio	2,67	8,8
Setor automotivo	2,03	6,7
Informática e automação	1,98	6,6
Pesquisas científicas e inovação tecnológica	0,96	3,2
MEI (Microempreendedor Individual)	0,86	2,9
ProUni	0,8	2,7
ProUni	0,8	2,7

\*Projeção do governo para este ano \*\*Inclui também itens como benefícios   exportação e a defensivos agrícolas

Fonte: Receita Federal

batido no Ministério da Economia antes de ser enviado   Presidência da República.

Quando finalmente entregou o documento ao Congresso, o Executivo apresentou uma compilação de projetos já enviados que reveem receitas e despesas.

Na parte sobre a revisão de subsídios, o documento do governo menciona a PEC Emergencial, que cont m um trecho que prevê revisão e redução de subsídios.

O documento não prevê estimativas anuais de impacto com a PEC para o período especificado pela LDO.

Procurado, o governo afirmou que prepara outras me-

didadas para a redução dos subsídios para os próximos anos. Alei exige a apresentação dessas propostas ao Congresso. Porém, o Ministério da Economia disse que apresentou as propostas ao TCU (Tribunal de Contas da União), um órgão auxiliar do Congresso, de forma sigilosa por se tratar de medidas ainda em estudo.

A política de subsídios tem provocado disputas entre a Economia e o Planalto.

No discurso, a equipe econômica se mostra contrária a esse tipo de política. Guedes afirmou no começo de 2019 que os que insistem em subsídios "quebraram o Brasil". "Todo o mundo vem pedir

subsídios, dinheiro para isso, dinheiro para aquilo", disse em evento com empresários.

Mesmo assim, a visão interna é que uma redução mais brusca nos benefícios não seria uma tarefa fácil pois, entre outros motivos, encontraria fortes resistências no mundo político e na sociedade.

Enquanto isso, Bolsonaro se mostra flexível às demandas. Recentemente, se posicionou favoravelmente aos benefícios obtidos por empresas ao investir em energia solar.

Em outro episódio, o governo passou a estudar uma política para templos religiosos pagarem contas de luz mais baratas. Diante das críticas,

### Redução de subsídios

#### O que a lei exigia?

A LDO que orientou as contas de 2019 exige no parágrafo 3  do art. 21: "O chefe do Executivo encaminhará ao Congresso plano de revisão de despesas e receitas, inclusive de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia, para o período de 2019 a 2022, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos financeiros anuais"

#### O que o governo entregou?

O governo entregou em dezembro documento compilando diferentes medidas já enviadas ao Congresso. Também enviou propostas ao TCU de forma sigilosa. Na parte da revisão dos benefícios, citou a PEC Emergencial e dois mecanismos que ela acionaria caso aprovada. Um reduz subsídios a partir de 2026 (ou seja, fora do período demandado pela LDO). Outro reavalia os benefícios, no máximo, a cada quatro anos (não assegurando revisão no período demandado pela LDO). O documento também não traz estimativas de impactos anuais

porém, o presidente recuou e desistiu do subsídio.

Atualmente, entre as políticas de revisão de subsídios em preparação pelo governo, está a da cesta básica. A mudança será proposta pelo governo ao Congresso.

No lugar da política, o Executivo planeja pagar R\$ 24,10 mensais extras para os inscritos no Bolsa Família.

A medida reduziria a necessidade de recursos públicos para cerca de R\$ 4 bilhões. O montante corresponde a 25% do custo da isenção da cesta básica em 2018, de R\$ 15,9 bilhões.

De forma geral, o Ministério da Economia pretende reduzir os subsídios fiscais concentrando esforços em propostas voltadas ao PIS e   Cofins, que geraram uma renúncia fiscal de R\$ 78 bilhões em 2018.

A ideia é reonerar os programas que têm renúncia, em especial nos dois tributos, para tentar reduzir os subsídios tributários concedidos pela União já em 2020.

O governo vai depender do Congresso para alcanç r a meta, uma vez que as medidas serão encaminhadas por meio de projetos de lei.

O adiamento na obrigação de alterar os subsídios postergaria discussões da equidade econômica com a ala política, especialmente em ano de eleições.

Mas o governo terá de enfrentar o debate até o fim de 2020, pois a LDO que orienta as contas do ano traz uma obrigação ainda mais rígida para os benefícios.

A lei determina que o governo encaminhará ao Congresso, em 2020, um plano de revisão de benefícios tributários com previsão de redução anual equivalente a 0,5% do PIB ao ano, até 2022.

Procurado, o governo afirmou que vai cumprir a determinação. "Essa é a meta que o governo irá perseguir de agora em diante", afirmou em nota a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A17

# FOLHA DE S.PAULO

## MEC recebe e não usa mais de R\$ 1 bi recuperado na Lava Jato

### Esquecida no orçamento, verba para educação básica pode acabar no limbo

Thiago Resende  
e Paulo Saldaña

BRASÍLIA Apesar de o governo Jair Bolsonaro alardear o direcionamento dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato para a educação, o ministro Abraham Weintraub não usou o dinheiro destinado às ações de educação básica.

O fundo, de R\$ 2,6 bilhões, foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

Apesar de ter recebido a maior fatia, acima de R\$ 1 bilhão, Weintraub foi o único que não deu finalidade à verba —o ministro nem sequer empenhou o recurso.

O empenho é a primeira etapa da execução do orçamento público e garantiria que os recursos seriam de fato aplicados na educação básica, mesmo que futuramente. A etapa, que compreende a educação infantil e os ensinamentos fundamental e médio, é apresentada pelo governo como prioridade.

Procurado, o MEC confirmou que o dinheiro não foi aplicado, mas defendeu que a verba ainda será usada.

O Ministério da Economia afirmou que os recursos parados acabaram inflando a contabilidade do governo. Isso reduziu, portanto, o rombo das contas públicas em 2019.

Mas o Orçamento de 2020 não prevê dinheiro do fundo, e, sem poder estourar o teto predeterminado, técnicos do governo agora discutem co-

mo evitar perder os recursos.

No MEC, o dinheiro foi destinado a ações para obras de escolas, sobretudo na educação infantil (creche e pré-escola), e custeio de matrículas, em duas ações orçamentárias executadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

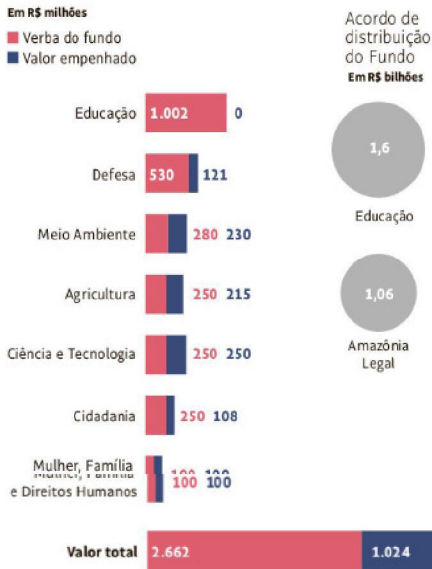
O aporte desse dinheiro na educação foi comemorado pelo governo em várias ocasiões. Weintraub compartilhou, ainda em maio de 2019, mensagem do presidente Bolsonaro nas redes sociais em que ele falava da intenção de “destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobras acordada com a Lava Jato ao Ministério da Educação”.

O dinheiro recuperado pela Lava Jato chegou aos ministérios em novembro, durante o embate envolvendo o comando do FNDE. Para manter o controle de seu orçamento bilionário, Weintraub acabou demitindo no fim de 2019 o então presidente do fundo, Rodrigo Sérgio Dias, que era uma indicação política.

A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso, porém, travou sua execução. O governo queria usá-lo para viabilizar um projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil. A consultoria jurídica do MEC tem procurado uma solução, mas relatos de integrantes do ministério indicam

### Dinheiro de fundo da Lava Jato para educação está parado



### Ações na área de educação

- Educação infantil (MEC)
- Programa Criança Feliz, de atenção à primeira infância (Cidadania)
- Projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa (Ciência e Tecnologia)
- Unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes (Mulher, Família e Direitos Humanos)

### Ações na área ambiental

- Regularização fundiária na Amazônia Legal (Agricultura)
- Controle do desmatamento (Meio Ambiente)
- Combate a ilícitos na região (Defesa)

Fonte: Ministério da Economia

que essa opção —uma aposta da gestão Bolsonaro para ampliar o acesso— já não é mais certa dentro do governo.

O fundo foi abastecido por multas pagas pela Petrobras em acordo firmado com o Departamento de Justiça dos EUA em busca de uma reparação por causa do esquema de corrupção desbaratado na estatal.

A distribuição do montante bilionário foi acertada entre PGR (Procuradoria-Geral da República), Congresso e representantes do governo Bolsonaro, após embate com procuradores de Curitiba.

A força-tarefa da Lava Jato no Paraná queria aplicar os recursos da Petrobras em uma fundação privada que promoveria ações de combate à corrupção. A ideia, contudo, foi barrada no STF (Supremo Tribunal Federal).

Durante quase seis meses do ano passado, integrantes do governo participaram das negociações com a PGR e a cúpula do Congresso sobre como dividir a verba.

Chegou-se a um consenso de que o dinheiro recuperado pela operação deveria expandir os investimentos em educação e na preservação da Amazônia Legal.

Além da pasta de Weintraub, os recursos foram para 1) o programa Criança Feliz (de atenção à primeira infância); 2) projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa; e para 3) a ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes.

Essas ações são comandadas, respectivamente, pelos Ministérios da Cidadania, da Ciência e Tecnologia e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na área ambiental, a verba irrigou o orçamento para regularização fundiária na Amazônia Legal (Ministério da Agricultura), operações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal (Meio

Ambiente) e combate a ilícitos na região (Defesa).

Todas as pastas usaram pelo menos parte dos recursos. Weintraub, por sua vez, não deu explicações sobre o dinheiro que deixou parado nos cofres públicos, com risco de expirar.

A situação é especialmente chamativa porque o MEC passou em 2019 por bloqueios de recursos que atingiram ações da educação básica, além do ensino superior e da pesquisa científica.

Há outro fator. As duas ações orçamentárias para as quais os recursos da Lava Jato foram destinadas (“Apoio à Manutenção da Educação Infantil” e “Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica”) tiveram o empenho de 97% dos recursos previstos, mas somente 6% foram gastos.

Esse percentual significa R\$ 129 milhões de um orçamento de R\$ 2 bilhões, sem contar as receitas do fundo da Lava Jato.

Weintraub espera usar o valor de R\$ 1 bilhão futuramente, o que demandaria alterações no Orçamento de 2020.

Uma hipótese analisada pela equipe econômica é que o Congresso tenha de aprovar —mas uma vez— um crédito para o ministério.

No ano passado, o governo teve de pedir aos congressistas que o Orçamento fosse modificado para ampliar os gastos com educação e preservação ambiental sustentados pelo fundo da Lava Jato.

Isso pode ser feito novamente em 2020, mas o governo já está com dificuldades de contornar o teto de gastos (limite de crescimento das despesas pela inflação).

Diante dessa amarra, o governo precisa escolher onde gastar, pois o espaço é limitado —como neste ano todo o espaço sob o teto foi usado e não há margem para ampliar os gastos, o aumento de uma despesa significa necessariamente o corte de outra.

# Tribuna

## Governo publica nova tabela do frete, com alta de até 15%

Manoel Ventura, de O Globo

**B**RASÍLIA — A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, nesta quinta-feira, uma nova tabela com o preço mínimo para os fretes. Com as alterações, o piso do frete aumentou de 11% a 15%, segundo informações da agência. A nova tabela entra em vigor na próxima segunda-feira, dia 20.

A tabela do frete foi criada em 2018 pelo governo do ex-presidente Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, que bloqueou estradas e gerou uma crise de abastecimento no Brasil por mais de uma semana. A criação era uma das principais reivindicações da categoria.

Entidades que representam o agronegócio e indústria são contra a tabela, que terá a constitucionalidade ainda analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma versão anterior da norma, editada em julho do ano passado, gerou forte reação de caminhoneiros, que ameaçaram fazer mais uma paralisação nacional. O governo prometeu alterar os valores e publicou, nesta quinta-feira, a nova versão da tabela do frete.

Além dos valores, entre as principais mudanças está a inclusão no cálculo do frete mínimo do custo da diária do caminhoneiro, como refeições e hospedagem. A tabela ainda corrigiu os valores de itens como pneu e manutenção.



Também passará a ser obrigatório o pagamento de frete de retorno para operações que não podem trazer carga na volta do motorista ao local de embarque, uma reivindicação da categoria. Segundo a ANTT, um exemplo disso são os caminhões de combustível. Esse tipo de veículo não pode voltar transportando outro tipo de carga.

Foi criada ainda uma nova tabela para as chamadas operações de alto desempenho, que levam um tempo menor para carga e descarga do produto. Na resolução anterior não havia esse tipo de diferenciação.

A nova norma prevê que o cálculo do frete deve considerar a negociação com relação ao lucro do caminhoneiro, despesas relacionadas ao uso de contêineres, tributos e taxas.

A inclusão desses itens, no entanto, não é obrigatória. Um dos pontos criticados pelos caminhoneiros sempre foi o fato de a tabela não incluir, expressamente, no cálculo do frete mínimo a remuneração e o lucro do caminhoneiro.

A nova tabela mantém a previsão expressa de incluir o gasto com pedágio no valor do frete. "O valor do pedágio, quando houver, deverá ser obrigatoriamente acrescido aos pisos mínimos", afirma a resolução aprovada pela diretoria da ANTT.

STF marcou para fevereiro o julgamento sobre a validade da tabela de fretes.

Os ministros da Corte entendem que é preciso dar mais tempo para o governo negociar com a categoria o melhor caminho para o setor. Entidades empresariais

argumentam que estabelecer um preço mínimo viola princípios da livre concorrência, da livre iniciativa e da defesa do consumidor.

O relator do caso, Luiz Fux, suspendeu processos na Justiça que tratavam sobre o tema.

Outra reivindicação dos caminhoneiros é um preço mais baixo do óleo diesel. Para conter a greve, o governo Temer anunciou um subsídio ao combustível, que encerrou em dezembro de 2019.

O governo Jair Bolsonaro decidiu não renovar o benefício, mas se viu obrigado a estudar medidas para conter volatilidades nos preços dos combustíveis. Uma das medidas analisadas pela equipe do Ministério da Minas e Energia é a criação de um fundo para servir como um "colchão".

# Tribuna

## 61 milhões de brasileiros estão negativados

Por Brasil Econômico

Dados apurados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostram que o volume de brasileiros com contas em atraso caiu pelo segundo mês seguido e encerrou o ano de 2019 com uma pequena queda de -0,2% na comparação com o ano anterior.

A título de comparação, em 2018 o indicador havia encerrado o ano com uma alta expressiva de 4,4% no número de inadimplentes.

A estimativa é que aproximadamente 61 milhões de brasileiros tenham começado o ano de 2020 com alguma conta em atraso e com o CPF restrito para contratar crédito ou fazer compras

parceladas. Na avaliação do presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior, a inadimplência mais bem-comportada neste início de ano reflete um cenário de recuperação de crédito, impulsionado pelas campanhas de renegociação promovidas no fim do ano passado.

"A expectativa é de que a inadimplência siga em queda pelos próximos meses, mas a passos lentos. A aceleração desse quadro passa pela continuidade da melhora econômica e, em especial, daquilo que toca diretamente o bolso do consumidor: emprego e renda. Mesmo com a inadimplência caindo aos poucos, as famílias ainda enfrentam dificuldades para honrar seus compromissos em dia, tanto é que há um estoque elevado de pessoas com contas sem pa-

gar", explica Pellizzaro Junior.

Nordeste lidera queda da inadimplência; 53% dos inadimplentes possuem dívidas em atraso que não ultrapassam 1 mil reais

Somando todas as pendências, cada consumidor inadimplente deve, em média, R\$ 3.257,91. Já descontando os efeitos da inflação, os valores observados agora são 30% menores do que no início da série histórica, em 2010 (R\$ 4.238,32). De modo geral, pouco mais da metade (52,8%) dos brasileiros inadimplentes têm dívidas em atraso de até R\$ 1.000 e 47,2% acima desse valor.

Em dezembro, o recuo mais expressivo da inadimplência na comparação anual se deu nas dívidas com o setor de comunicação, que

englobam contas de telefonia, internet e TV por assinatura: queda de -16,4%.

As dívidas bancárias, que levam em conta cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos, caíram -1,9%. Já as dívidas contraídas no comércio via crediário subiram 0,9%, enquanto as pendências básicas com água e luz cresceram 2,1%. No geral, considerando todos os tipos de dívidas em atraso, houve queda de -3,3% na comparação anual.

### RECUEO NO NORDESTE

Analisando os resultados por região, o Nordeste apresentou a queda mais expressiva na quantidade de inadimplentes, um recuo de 3,2% na comparação entre dezembro de 2019 e dezembro de 2018.

## Governo retoma projeto ousado de privatizações

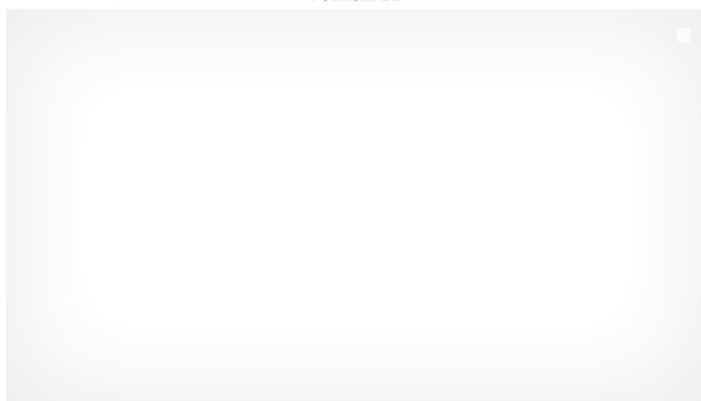
Uma questão importante no debate é saber qual o melhor momento para os governos se desfazerem das companhias

17/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Um dos principais e mais chamativos princípios econômicos do governo Jair Bolsonaro, consubstanciado nas declarações do ministro Paulo Guedes desde o início da atual gestão federal, é a privatização de um amplo espectro de empresas. Essa intenção de reduzir o tamanho do Estado, abrindo caminho para maior participação do setor privado, justifica o apoio de boa parte do mundo corporativo ao governo federal - por isso mesmo, houve certa decepção no ano passado com o ritmo dos projetos de desestatização, considerado por muitos como lento.

Na terça-feira, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, veio a público apresentar como meta para 2020 a venda de participações de empresas estatais no volume de R\$ 150 bilhões. Esse valor refere-se às mais de 300 companhias que ele prevê que o governo privatize, total ou parcialmente, ou que se desfaça de participações minoritárias, de um total de 624 firmas ainda existentes.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Como o próprio Mattar reconheceu, é uma meta ousada, ainda mais que nesta conta não estão incluídos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. Ele disse especificamente que essas três estatais, as mais atraentes para os investidores, estão fora da linha de intenções de venda de Brasília. Uma empresa sobre a qual pairam dúvidas são os Correios. A simples liquidação está fora de cogitação, disse.

No momento, uma orientação que está sendo obedecida pelos técnicos do governo federal é buscar informações sobre investimentos que se revelaram errados. Ele citou dois exemplos. O Banco do Brasil tem participação em um banco no Egito e a Caixa comprou participação em banco na Venezuela. Segundo Mattar, essa instituição venezuelana quebrou, “virou pó”, e já foi lançada em prejuízo.

No ano passado, o balanço das ações de redução do Estado apontou que a União se desfez totalmente de participações em 71 empresas, sendo 13 subsidiárias, 39 coligadas e 19 simples participações. Mattar reconheceu que o processo de privatização é naturalmente lento, burocrático e tem que ser feito com cuidado porque afinal se trata de bens que pertencem à população, aos contribuintes.

Mattar, disse que o governo pretende enviar em fevereiro o projeto de “fast track” (atalho) para as privatizações. Segundo ele, o projeto está pronto e prevê que obrigatoriamente as empresas privatizáveis sejam incluídas diretamente no Plano Nacional de Desestatização (PND), sem passar pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), etapa de avaliação sobre a conveniência de se privatizar ou não determinada companhia.

Essa intenção do governo, particularmente do secretário nomeado para tocar o projeto de desestatização, de tentar acelerar o ritmo das vendas de ativos poderá atenuar as críticas que estão sendo feitas por muitos especialistas sobre a demora na concretização desse plano. Recentemente, por exemplo, a economista e advogada Elena Landau, uma das responsáveis pelo programa de privatizações dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, disse à "Folha de S. Paulo" que o governo atual não tem obtido grandes avanços que possam ser considerados uma agenda verdadeiramente liberal na área econômica. Um dos pontos negativos da atual administração seria o atraso na redução das participações em empresas.

Não há dúvidas de que no Brasil existem muitas empresas controladas pelo governo federal, com atuação em áreas nas quais de forma geral o setor privado se sai melhor na prestação de serviços à população. Uma questão importante no debate é saber qual o melhor momento para os governos se desfazerem das companhias (especialmente no caso daquelas de capital aberto, com ações na bolsa de valores) e como será a transferência dos serviços prestados pela empresa em processo de privatização sem que os usuários e clientes tenham perdas.

Levantamento recente do Observatório das Estatais da Fundação Getúlio Vargas indica que o país tem 138 empresas estatais federais. Se contabilizadas as companhias que pertencem a Estados e municípios, e não apenas à União, o total passa de 400. Outro estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados de 2015, indica que as 134 estatais federais que o Brasil tinha na época colocavam o país em quarto lugar num ranking internacional, atrás de Índia (270), Hungria (370) e China (51.341).

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça.

RETROVISOR MASTER VIEW

### LINK PATROCINADO

Esta são as 30 raças de cachorros mais caras do mundo!

FLASHPOSTS.COM

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Os 30 Brasileiros mais ricos do mundo

SENHOR FINANÇAS

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

R\$ 161 milhões: entenda de onde vem o dinheiro do príncipe Harry e Meghan Markle

### VALOR INVESTE

'Uber retira maus motoristas de circulação', diz pesquisador

### VALOR INVESTE

Ucrânia diz que avião que caiu no Irã pode ter sido atingido por míssil russo

### VALOR INVESTE

Bancos cobram taxa máxima no cheque especial